

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.665 - PR (2019/0190477-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA E FILIAL(IS)
ADVOGADOS : MARCIO LUIZ BLAZIUS - PR031478
CERINO LORENZETTI - PR039974
LUANA LORA BLAZIUS - PR070740
FABIANA CHINA LORENZETTI - PR069752
RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON - PR008178

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Sperafico Agroindustrial Ltda. e Filial(is), com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado (e-STJ, fl. 144):

AGRAVO INTERNO. INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL. PREJUDICIALIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO JULGADO 1º PELO COLEGIADO. PERDA DO INTERESSE RECURSAL POR FATO SUPERVENIENTE. RECURSO PREJUDICADO.

A recorrente afirma a existência de contrariedade ao art. 919, § 1º, do CPC, ao argumento de que é cabível a concessão do efeito suspensivo, no presente caso.

Alega, ainda, que há divergência jurisprudencial em torno do tema.

Foram apresentadas contrarrazões.

Convertido o agravo em recurso especial, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

O aresto combatido encontra-se sedimentado no argumento de que o agravo, ora analisado, perdeu o objeto e a recorrente é carecedora de interesse recursal.

No entanto, a insurgência limita-se a afirmar que estão presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada pretendida. Logo, as razões do apelo encontram-se dissociadas do teor da decisão recorrida.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice das Súmulas 283 e 284, do Supremo Tribunal Federal, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. AÇÃO ANULATÓRIA. ICMS. LEGALIDADE DA AUTUAÇÃO COM BASE EM DADOS OBTIDOS

EM OPERADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO ATACADO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULA 283 E 284 DO STF. REVISÃO DE PREMISSAS FÁTICAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO DA EMPRESA

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

2. O Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, atestou a validade dos Autos de Infração questionados. Concluiu que as disposições do art. 6º da LC 105/2001 não se aplicam ao caso, porquanto "se tratava de mera coleta de informações gerais sobre a identidade tributária do contribuinte e o montante total da movimentação financeira para apuração de eventuais irregularidades, não da requisição específica de que trata o art. 6º da LC 105/2001" (fl. 3430, e-STJ).

3. Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela recorrente, nas razões do Recurso Especial, tendo a parte se limitado a manifestar seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, deixando de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão objurgado. Portanto, estando as razões do recurso dissociadas da fundamentação adotada na origem, incidem na hipótese, por analogia, as Súmulas 283 e 284 do STF.

4. O acórdão recorrido afirmou que, "ao contrário do afirmado pela autora, não houve qualquer revisão de critérios jurídicos e tampouco erro de direito insanável" (fl. 3430, e-STJ). Já nas razões do Recurso Especial, sustenta-se que "o erro é insanável e não permite a realização de novos lançamentos" (fl. 3547, e-STJ).

5. É inviável, portanto, analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

[...]

9. Agravos conhecidos para se conhecer parcialmente dos Recursos Especiais, somente com relação às preliminares de violação dos arts. 458 e 535 do CPC/1973, e, nessa parte, não providos.

(AREsp 1.600.926/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/2/2020, DJe 27/2/2020)

Quanto à divergência jurisprudencial, o mesmo óbice aplicável ao recurso especial interposto com base na alínea "a" impede a análise do recurso interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional.

No aspecto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PARCELAS VENCIDAS. PRESCRIÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA

7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

VII. É firme o entendimento desta Corte no sentido de que "os mesmos óbices impostos à admissão do recurso pela alínea a do permissivo constitucional impedem a análise recursal pela alínea c, ficando prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial" (STJ, AgInt no REsp 1.503.880/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 08/03/2018).

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.498.295/RS, Rel. Min. ASSULETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/3/2020, DJe 10/3/2020)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator